

EXMO. SR. DR. JUIZ XXXXXXXXXXXXXXXX PRESIDENTE DA M.M. 00ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº : 0000/00

Reclamante : Antonio

Reclamada : AAA Ltda.

Juliana Zequinelli, Perita do Juízo, honrosamente nomeado e compromissado nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, vem mui respeitosamente apresentar à V.Excia., o resultado de seu incluso **LAUDO PERICIAL TRABALHISTA**.

Ao ensejo, solicita, outrossim, sejam arbitrados seus honorários profissionais.

Assim, com a devida “Venia”, vem estimar esses honorários em R\$ XX, a serem computados à época de seu pagamento, levando em consideração o trabalho executado, análise de documentos e relatórios efetuados.

Termos em que, da juntada desta, P. deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2011.

Juliana Zequinelli

Perita Judicial Trabalhista

CRA/RJ Nº 20.76520

Excelentíssimo Senhor Doutor Juíz Presidente da M.M. 00ª Junta de
Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro

PROCESSO Nº : 0000/00

RECLAMANTE : Antonio

RECLAMADA : AAA Ltda.

Juliana Zequinelli, perita nomeada e compromissada nos autos do processo supra referido, tendo realizado minucioso exame do mesmo e dos documentos a ele apensados, coligido dados e procedido aos cálculos apropriados, com o critério e o rigor necessários ao cumprimento do seu mister, vem submeter à douda apreciação de V.Excia. o resultado de seu trabalho, consoante resumo no ítem 01 a seguir.

LAUDO PERICIAL TRABALHISTA

PROCESSO Nº : 0000/00

RECLAMANTE : Antonio

RECLAMADA : AAA Ltda.

ÍNDICE GERAL

1. RESUMO

1.1. Resultado da Liquidação

2. DOS OBJETIVOS DA PERÍCIA

2.1. Quanto à inicial

2.2. Quanto à R. Sentença

3. APURAÇÃO DAS VERBAS DEVIDAS

3.1. Da fundamentação e do cálculo de apuração de Horas Extras e reflexos nos DSRs;

3.2. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras nas Férias Proporcionais e Adicional Constitucional de Férias;

3.3. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras no 13º Salário;

3.4. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras no Aviso Prévio Indenizado;

4. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

4.1. Da fundamentação e do cálculo de atualização monetária

5. CÁLCULO DE APURAÇÃO DO FGTS E MULTA DO FGTS - 40%

6. DOS QUESITOS

6.1. Do reclamante

6.2. Da reclamada

7. CONCLUSÃO

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. RESUMO

Quanto ao resultado das contas de liquidação em Reais, que a seguir apresentamos, observamos que:

a) a atualização monetária do resultado líquido e a incidência dos juros de mora foram calculados até 1º de agosto de 2011;

b) após esta data, o resultado líquido (principal), a ser atualizado na oportunidade de seu pagamento (Lei 8.177/91, art. 39, e Lei 8.660 de 28.05.93 - Nova TR), bem como acrescentar-se-ão juros moratórios “pro rata die” à razão de 1% ao mês, consoante determinação contida no parágrafo 1º e “caput” do artigo 39 da Lei 8.177 de 01.03.91.

1.1. Resultado da Liquidação

VERBAS	VALORES (R\$)
I - PRINCIPAL	
A - Horas Extras e Reflexos nos DSRs;	
B - Verbas Rescisórias;	
C - Atualização Monetária;	
D - FGTS + 40%.	
A + B + C + D	1.302,96
II - JUROS DE MORA	378,54
III - TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE (I + II)	1.681,50

2. DOS OBJETIVOS DA PERÍCIA

Em cumprimento à determinação de perícia TRABALHISTA de fl. 90, procedemos à minuciosa análise dos autos, bem como dos documentos a ele apensados.

Normalmente, ante a divergência ou inércia das partes sobre os cálculos de liquidação, a função da Perícia determinada pelo MM. Juíza restringe-se à elaboração dos mesmos, de forma imparcial, para que sirvam à finalidade prevista no artigo 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Para elaboração do presente laudo destacamos, em especial, os itens que seguem:

2.1. Quanto à Inicial

Quanto à petição inicial destacamos as fls. 02 à 06.

2.2. Quanto à R. Sentença

Destacamos as fls. 65 à 68:

Do exposto, a 00ª JCJ DO RIO DE JANEIRO, à unanimidade, julga PROCEDENTE EM PARTE a reclamação movida pelo Sr. Antonio contra AAA LTDA., para fim de condenar a reclamada a pagar ao reclamante os seguintes títulos, a serem apurados em liquidação, OBSERVADOS OS PARAMETROS ESTABELECIDOS EM FUNDAMENTAÇÃO:

- a) horas extraordinárias, além de seus reflexos nos descansos semanais remunerados;
- b) integração das horas extraordinárias nas férias com 1/3;
- c) integração das horas extraordinárias nos 13º salários;
- d) integração das horas extraordinárias nas verbas rescisórias e no FGTS + 40%;
- e) incidência do FGTS + 40% sobre o aviso prévio indenizado.

3. APURAÇÃO DAS VERBAS DEVIDAS

Os respectivos demonstrativos foram elaborados considerando-se:

- a) fiel execução da R. Sentença, tendo em vista, mormente, os destaques mencionados no item 2 desse laudo e que mais nos consta;
- b) critérios matemáticos e estatísticos, necessários e suficientes, métodos contábeis e de auditoria normalmente aceitos, fundamentados na estrita observância da legislação vigente.

3.1. Da fundamentação e do cálculo de apuração de Horas Extras e reflexos nos DSRs

O respectivo demonstrativo foi elaborado considerando-se:

- a) este perito efetuou o cálculo das horas extras e reflexos de acordo com a R. Sentença de fls. 65 a 68, uma vez que, os cartões de ponto não se prestam a comprovação da jornada de trabalho, conforme produção de prova oral. Sendo concluído que o reclamante laborava de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 22:00 horas e aos sábados das 07:30 as 16 horas, sempre com uma hora e meia de intervalo para refeição, jornada cumprida desde sua admissão até a data da dispensa;
- b) De acordo com a R. Sentença ficam deferidos todos os reflexos devidos nos DSRs;
- c) para as horas extras laboradas de segunda a sábado, o adicional utilizado foi de 70%, conforme o que determina o Dissídio Coletivo de fls. 08 à 11;
- d) utilizou-se o respectivo calendário do período reclamado.

Todos os cálculos foram executados conforme a R. Sentença e a legislação vigente, sendo demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DE HORAS EXTRAS E REFLEXOS NOS DSRs

1. Considerando inicialmente o calendário do período laborado pelo Sr. Antonio, posso afirmar que tal período resultou em:

Julho	14 dias de 2a. a 6a. feira (a partir de 13.07) 03 dias de sábado 02 dias de descanso semanal
Agosto	22 dias de 2a. a 6a. feira 04 dias de sábado 05 dias de descanso semanal
Setembro	21 dias de 2a. a 6a. feira 04 dias de sábado 05 dias de descanso semanal
Outubro	20 dias de 2a. a 6a. feira 05 dias de sábado 06 dias de descanso semanal
Novembro	07 dias de 2a. a 6a. feira (a partir de 13.07) 01 dias de sábado 01 dias de descanso semanal

2. Considerando os calendários supra, afirmo que o reclamante cumpriu jornada de trabalho com horas extraordinárias no total de:

Julho	14 dias X 5 horas extras diárias = 70 horas extras 03 dias X 3 horas extras diárias = 09 horas extras Total de Horas no Mês = 79 horas extras
Agosto	22 dias X 5 horas extras diárias = 110 horas extras 04 dias X 3 horas extras diárias = 12 horas extras Total de Horas no Mês = 122 horas extras

Setembro	21 dias X 5 horas extras diárias = 105 horas extras 04 dias X 3 horas extras diárias = 12 horas extras Total de Horas no Mês = 117 horas extras
Outubro	20 dias X 5 horas extras diárias = 100 horas extras 05 dias X 3 horas extras diárias = 15 horas extras Total de Horas no Mês = 115 horas extras
Novembro	07 dias X 5 horas extras diárias = 35 horas extras 01 dias X 3 horas extras diárias = 03 horas extras Total de Horas no Mês = 38 horas extras

3. Considerando a convenção coletiva válida para o período laboral, em sua cláusula décima terceira, posso afirmar que com os acréscimos das horas extras o reclamado deverá pagar por:

Julho	79 horas extras + 70% (adicional das horas extras) = 134,30 horas
Agosto	122 horas extras + 70% (adicional das horas extras) = 207,40 horas
Setembro	117 horas extras + 70% (adicional das horas extras) = 198,90 horas
Outubro	115 horas extras + 70% (adicional das horas extras) = 195,50 horas
Novembro	38 horas extras + 70% (adicional das horas extras) = 64,60 horas

4. Considerando o total de horas a serem pagas, considerando a letra “a” do artigo 7o. da lei 605/49, considerando o parágrafo 2o. do artigo 10 do decreto 27.048/49, considerando o enunciado 172 do TST, considerando ainda, o calendário apresentado no item 1º, afirmo que o reclamado tem direito ao reflexo das horas extras habitualmente prestadas no DSR na seguinte proporção:

Fórmula a Ser Utilizada

Nº de Horas divididas pelo Nº de dias trabalhados, multiplicado pelo Nº de dias de folgas e feriados (HE / DT X FF)

Julho	134,30 horas / 17 dias trabalhados X 02 dias de descanso remunerado = 15,80 horas
Agosto	207,40 horas / 26 dias trabalhados X 05 dias de descanso remunerado = 39,88 horas
Setembro	198,90 horas / 25 dias trabalhados X 05 dias de descanso remunerado = 39,78 horas
Outubro	195,50 horas / 25 dias trabalhados X 06 dias de descanso remunerado = 46,92 horas
Novembro	64,60 horas / 08 dias trabalhados X 01 dia de descanso remunerado = 8,08 horas

5. Considerando o número de horas extras devidas, considerando o reflexo do DSR respectivo, considerando o salário mensal percebido pelo reclamante no período de seu vínculo empregatício, considerando os valores pagos na época pela reclamada, demonstro o valor correto devido ao empregado:

Julho	<p>Salário Mensal de R\$ 8.728.617,40 Salário Hora = Salário Mensal / 220 horas Salário Hora = R\$ 8.728.617,40 / 220 Salário Hora = R\$ 39.675,53 Horas Extras = 134,30 X R\$ 39.675,53 = R\$ 5.328.423,68 DSR = 15,80 X R\$ 39.675,53 = R\$ 626.873,37 (-) Pagamento Efetuado = R\$ 404.690,44 (doc. 48) Diferença Devida = R\$ 5.550.606,61</p>
-------	--

Agosto	<p>Salário Mensal de R\$ 10.516,00</p> <p>Salário Hora = $\text{Salário Mensal} / 220 \text{ horas}$</p> <p>Salário Hora = $\text{R\\$ } 10.516,00 / 220$</p> <p>Salário Hora = R\$ 47,80</p> <p>Horas Extras = $207,40 \times \text{R\\$ } 47,80 = \text{R\\$ } 9.913,72$</p> <p>DSR = $39,88 \times \text{R\\$ } 47,80 = \text{R\\$ } 1.906,26$</p> <p>(-) Pagamento Efetuado = R\$ 2.925,36 (doc. 46)</p> <p>Diferença Devida = R\$ 8.894,62</p>
--------	---

Setembro	<p>Salário Mensal de R\$ 17.897,00</p> <p>Salário Hora = $\text{Salário Mensal} / 220 \text{ horas}$</p> <p>Salário Hora = $\text{R\\$ } 17.897,00 / 220$</p> <p>Salário Hora = R\$ 81,35</p> <p>Horas Extras = $198,90 \times \text{R\\$ } 81,35 = \text{R\\$ } 16.180,52$</p> <p>DSR = $39,78 \times \text{R\\$ } 81,35 = \text{R\\$ } 3.236,10$</p> <p>(-) Pagamento Efetuado = R\$ 4.425,44 (doc. 44)</p> <p>Diferença Devida = R\$ 14.991,18</p>
----------	---

Outubro	<p>Salário Mensal de R\$ 22.939,40</p> <p>Salário Hora = $\text{Salário Mensal} / 220 \text{ horas}$</p> <p>Salário Hora = $\text{R\\$ } 22.939,40 / 220$</p> <p>Salário Hora = R\$ 104,27</p> <p>Horas Extras = $195,50 \times \text{R\\$ } 104,27 = \text{R\\$ } 20.384,78$</p> <p>DSR = $46,92 \times \text{R\\$ } 104,27 = \text{R\\$ } 4.892,35$</p> <p>(-) Pagamento Efetuado = R\$ 4.608,73 (doc. 42)</p> <p>Diferença Devida = R\$ 20.668,40</p> <p>Salário Mensal de R\$ 29.345,80</p> <p>Salário Hora = $\text{Salário Mensal} / 220 \text{ horas}$</p> <p>Salário Hora = $\text{R\\$ } 29.345,80 / 220$</p>
---------	--

Novembro	<p>Salário Hora = R\$ 133,39</p> <p>Horas Extras = $64,60 \times \text{R\\$ } 133,39 = \text{R\\$ } 8.616,99$</p> <p>DSR = $8,08 \times \text{R\\$ } 133,39 = \text{R\\$ } 1.077,79$</p> <p>(-) Pagamento Efetuado = R\$ 6.349,36 (doc. 34)</p> <p>Diferença Devida = R\$ 3.345,42</p>
----------	--

6. Considerando as diferenças devidas, demonstro a seguir os valores apurados mês a mês durante o vínculo empregatício conforme segue:

Mês	Diferença Devida
Julho	R\$ 5.550,61***
Agosto	R\$ 8.894,62
Setembro	R\$ 14.991,18
Outubro	R\$ 20.668,40
Novembro	R\$ 3.345,42

*** Diferença Salarial convertido em R\$ (cruzeiros reais) em 01.08.93 na proporção de R\$ 1.000,00 para cada R\$ 1,00.

3.2. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras nas Férias Proporcionais e Adicional Constitucional de Férias

Todos os cálculos de férias proporcionais mais adicional de férias foram executados conforme a R. Sentença e a legislação vigente, conforme considerações citadas no demonstrativo de apuração.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NAS FÉRIAS PROPORCIONAIS

1. Considerando a habitualidade das horas extras, conforme decisão deste processo, considerando os enunciados do TST 151, considerando o parágrafo 5º do artigo 142 da CLT, considerando os artigos 146 e 147 da CLT, considerando o artigo 487, parágrafo 1º da CLT, apresento adiante os cálculos devidos para o pagamento das férias proporcionais, bem como o acréscimo constitucional de 1/3:

- Para o cálculo das férias e seu acréscimo legal necessitamos precisar o valor da Remuneração de Férias.
- Para a apuração da Remuneração de Férias, somaremos o Salário Contratual mais a Média dos Salários Adicionais, neste caso, somaremos ao salário mensal a média das horas extras pagas durante o período trabalhado como demonstro abaixo:

SALÁRIO MENSAL	R\$ 29.345,80
----------------	---------------

MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(TOTAL DE HORAS EXTRAS TRABALHADAS + ADICIONAL DAS EXTRAS) X SALÁRIO HORA / NÚMERO DE MESES TRABALHADOS
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(424 + 70%) X R\$ 133,39 / 4
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	R\$ 24.036,88

REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	SALÁRIO MENSAL + MÉDIA DE HORAS EXTRAS
REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	R\$ 29.345,80 + R\$ 24.036,88
REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	R\$ 53.382,68

2. O cálculo das férias proporcionais e a respectiva diferença devida processa-se da seguinte forma:

5/12 de Férias Proporcionais	REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS / 12 X Nº DE AVOS DE DIREITO
5/12 de Férias Proporcionais	R\$ 53.382,68 / 12 X 5
5/12 de Férias Proporcionais	R\$ 22.242,78
1/3 Adicional de Férias	FÉRIAS PROPORCIONAIS / 3
1/3 Adicional de Férias	R\$ 22.242,78 / 3
1/3 Adicional de Férias	R\$ 7.414,26
Valor Total de Férias	Férias Proporcionais + 1/3 Adicional de Férias
Valor Total de Férias	R\$ 22.242,78 + 7.414,26
Valor Total de Férias	R\$ 29.657,04
(-) Pagamento Efetuado	R\$ 16.303,21 (doc 34)
Diferença Devida	R\$ 13.353,83

3.3. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras no 13º Salário

Todos os cálculos do 13º salário foram executados conforme a R. Sentença e a legislação vigente, conforme considerações citadas no demonstrativo de apuração.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NO 13º SALÁRIO

1. Considerando o artigo 3º da Lei nº 4.090,62, considerando o artigo 7º e parágrafo único do Decreto nº 57.155/65, considerando o enunciado 45 do TST, demonstro abaixo o cálculo do 13º salário devido e a diferença a ser paga pela reclamada:

- Como no item 7º, para calcularmos o valor devido da gratificação de natal, necessitamos conhecer a Remuneração do 13º Salário, conforme segue:

SALÁRIO MENSAL	R\$ 29.345,80
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(TOTAL DE HORAS EXTRAS TRABALHADAS + ADICIONAL DAS EXTRAS) X SALÁRIO HORA / NÚMERO DE MESES TRABALHADOS
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(424 + 70%) X R\$ 133,39 / 4
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	R\$ 24.036,88
REMUNERAÇÃO DO 13º	SALÁRIO MENSAL+ MÉDIA DAS HORAS EXTRAS
REMUNERAÇÃO DO 13º	R\$ 29.345,80 + R\$ 24.036,88
REMUNERAÇÃO DO 13º	R\$ 53.382,68

2. O cálculo das férias proporcionais e a respectiva diferença devida processa-se da seguinte forma:

5/12 de 13º Salário	REMUNERAÇÃO DO 13º / 12 X Nº DE AVOS DE DIREITO
5/12 de 13º Salário	R\$ 53.382,68 / 12 X 5
5/12 de 13º Salário	R\$ 22.242,78
Valor do 13º Salário	R\$ 22.242,78
(-) Pagamento Efetuado	R\$ 12.227,41 (doc. 34)
Diferença Devida	R\$ 10.015,37

3.4. Da fundamentação e do cálculo de apuração de integração das Horas Extras no Aviso Prévio Indenizado

Todos os cálculos do Aviso Prévio Indenizado foram executados conforme a R. Sentença e a legislação vigente, conforme considerações citadas no demonstrativo de apuração.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO

1. Para o cálculo do Aviso Prévio devido ao reclamante, consideraremos os seguintes dispositivos legais, artigo 487 e parágrafo 1º e enunciado 94 do TST, desta forma apresento abaixo o desenvolvimento do devido cálculo:

- Como nos cálculos de férias e 13º salário, o valor do Aviso Prévio é obtido ao final do processo de apuração de sua remuneração.
- Apresentado anteriormente, a remuneração é o resultado da soma do salário mensal do empregado mais a média de salários adicionais recebidos durante o período trabalhado, neste caso considerado como salário adicional as horas extras prestadas habitualmente.
- Efetuarei o cálculo a seguir:

SALÁRIO MENSAL	R\$ 29.345,80
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(TOTAL DE HORAS EXTRAS TRABALHADAS + ADICIONAL DAS EXTRAS) X SALÁRIO HORA / NÚMERO DE MESES TRABALHADOS
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	(424 + 70%) X R\$ 133,39 / 4
MÉDIA DAS HORAS EXTRAS	R\$ 24.036,88
REMUNERAÇÃO DO AVISO PRÉVIO	SALÁRIO MENSAL + MÉDIA DAS HORAS EXTRAS
REMUNERAÇÃO DO AVISO PRÉVIO	R\$ 29.345,80 + R\$ 24.036,88
REMUNERAÇÃO DO AVISO PRÉVIO	R\$ 53.382,68

2. Considerando-se que o valor do aviso prévio indenizado deve ser de no mínimo 30 dias, apuraremos a diferença devida como demonstrado adiante:

AVISO PRÉVIO (-) Pagamento Efetuado Diferença Devida	R\$ 53.382,68 R\$ 29.345,80 (doc. 34) R\$ 24.036,88
--	---

4. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

4.1. Da fundamentação e do cálculo de atualização monetária

O respectivo demonstrativo foi elaborado considerando-se:

- a) como “base de cálculo” os valores apurados;
- b) atualização monetária dos valores a partir de 1º de abril/91 através da aplicação da Taxa Referencial (TR) acumulada no período, na forma do disposto no “caput” do artigo 39 da Lei 8.177, de 01.03.91 e Lei 8.660, de 28.05.93 - Nova TR;
- c) que os juros de mora foram aplicados sobre o débito principal atualizado monetariamente, segundo as disposições do artigo 883 da CLT, a súmula 224 do STF e o enunciado 200 do TST;
- d) que os valores atualizados foram acrescidos de juros de mora simples, contados desde a data de ajuizamento da inicial até 01 de junho de 1996;
- e) que aplicou-se o disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei 8.177, de 31.03.91, que determina a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, aplicados “pro rata die” sobre os débitos trabalhistas monetariamente atualizados a partir desta;

f) que os totais das contas de liquidação apurados nos respectivos demonstrativos foram transportados para o item "1. RESUMO".

DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E APURAÇÃO DOS JUROS DE MORA

Verba	Diferença Salarial Devida (R\$)	Coeficiente de Atualização	Principal Atualizado (R\$)	Juros de Mora (1% a m)	Total Apurado (R\$)
Sal. Julho/93	5.550,61	0,023965	133,02	45,23	178,25
Sal. Agosto/93	8.894,62	0,017973	159,86	52,75	212,61
Sal.Setembro/93	14.991,18	0,013351	200,15	64,05	264,20
Sal. Outubro/93	20.668,40	0,009779	202,12	62,66	264,78
Sal.Novembro/93	3.345,42	0,009779	32,71	10,14	42,85
Férias + 1/3	13.353,83	0,009779	130,59	40,48	171,07
13º Salário	10.015,37	0,009779	97,94	30,36	128,30
Av. Prévio Ind.	24.036,88	0,009779	235,06	72,87	307,93
TOTAL GERAL					R\$ 1.569,99

5. CÁLCULO DE APURAÇÃO DO FGTS E MULTA DO FGTS - 40%

Todos os cálculos do FGTS e a Multa de 40% foram executados conforme a R. Sentença e a legislação vigente, conforme considerações citadas no demonstrativo de apuração.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO FGTS E RESPECTIVA MULTA DE 40%

1. O Cálculo do FGTS sobre a rescisão e a respectiva multa de 40% será processado somando-se todas as diferenças devidas, desde que tributadas, e mais o aviso prévio integral uma vez que não foi considerado para o cálculo quando paga a rescisão do contrato de trabalho.

- Considerado para este cálculo o artigo 15º, o artigo 18º e parágrafo 1º da Lei 8.036/90, o artigo 9º e parágrafo 1º, artigo 27 do Decreto 99.684/90, a letra "o" do item 2º da Instrução Normativa 02, de 29.03.94 e o Enunciado 305 do TST.
- Considerado para este cálculo os totais apurados na atualização monetária dos débitos trabalhistas, conforme demonstrado na apuração de atualização monetária e juros de mora.

BASE DO FGTS	DIFERENÇA SALARIAL + DIFERENÇA DO 13º + AVISO PRÉVIO INTEGRAL
BASE DO FGTS	R\$ 962,69 + R\$ 128,30 + R\$ 683,87
BASE DO FGTS	R\$ 1.774,86
FGTS DA RESCISÃO	BASE DO FGTS X 8%
FGTS DA RESCISÃO	R\$ 1.774,86 X 8%
FGTS DA RESCISÃO	R\$ 141,99
MULTA DO FGTS	FGTS DA RESCISÃO X 40%
MULTA DO FGTS	R\$ 141,99 X 40%
MULTA DO FGTS	R\$ 56,80

VERBAS	TOTAIS DO FGTS
FGTS DE SALÁRIOS + FGTS DA RESCISÃO	R\$ 141,99
MULTA DO FGTS	R\$ 56,80
TOTAL GERAL DO FGTS	R\$ 198,79

Obs.: O valor do Aviso Prévio Indenizado, apresentado no demonstrativo supra foi obtido levando-se em conta o valor integral, conforme apuração obtida no demonstrativo "2" do demonstrativo de apuração das horas extras no aviso prévio indenizado.

Sua atualização e juros foi obtida com a aplicação do respectivo índice apresentado no demonstrativo de atualização monetária e juros de mora.

6. DOS QUESITOS

6.1. Do Reclamante

O reclamante não apresentou quesitos.

6.2. Da Reclamada

A reclamada não apresentou quesitos.

7. CONCLUSÃO

Concluimos o presente laudo onde apuramos o valor a favor do reclamante em R\$ 1.681,50 (um mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), corrigidos até 1º de junho de 1996, cabe salientar que a reclamada não necessitará apresentar comprovantes de depósitos do FGTS do período de registro, conforme R. Sentença.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese das contas de liquidação, apuradas nos demonstrativos aqui apresentados está sendo transportada no item “1 RESUMO”.
Damos por encerrado este laudo pericial TRABALHISTA, constituído de 19 páginas impressas no anverso com o verso em branco.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2011.

Adm. Juliana Zequinelli
CRA-RJ 20.76520